



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE JUARA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



MICHEL DE ANDRADE

**FENÔMENOS COOPERATIVOS E GESTÃO ADMINISTRATIVA:
INTER-RELAÇÕES CULTURAIS DO POVO MUNDURUKU COM A
COOPAVAM – TERRA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI.**

**Juara- MT
2017**

MICHEL DE ANDRADE

**FENÔMENOS COOPERATIVOS E GESTÃO ADMINISTRATIVA:
INTER-RELAÇÕES CULTURAIS DO POVO MUNDURUKU COM A
COOPAVAM – TERRA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI.**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Monografia apresentado como requisito regulamentar obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Administração, de acordo com a Resolução nº 030/2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNEMAT.

Orientadora: Profa. Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

**Juara- MT
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

A553f Andrade, Michel de.
Fenômenos Cooperativos E Gestão Administrativa: Inter-
Relações
Culturais Do Povo Munduruku Com A Coopavam – Terra Indígena
Apiaká-
Kayabi / Michel de Andrade. 2017.
48 f.

Orientador (a): Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira.
Universidade do Estado de Mato Grosso. Campus Universitário de Juara.
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e da Linguagem. Coordenação do
Curso de Administração, 2017.

1. Povo Munduruku. 2. Cooperação. 3. Hibridização e Interculturalidade.

Bibliotecária: Suzette Matos Bolito – CRB1/1945.

MICHEL DE ANDRADE

**FENÔMENOS COOPERATIVOS E GESTÃO ADMINISTRATIVA:
INTER-RELAÇÕES CULTURAIS DO POVO MUNDURUKU COM A
COOPAVAM – TERRA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Curso de Administração – UNEMAT, Campus Universitário de Juara como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em 02 de Fevereiro 2017

Profa. Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira
Professora Orientadora
Curso de Pedagogia - UNEMAT – Campus Universitário de Juara

Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira
Professora Avaliadora
Curso de Pedagogia - UNEMAT – Campus Universitário de Juara

Prof.. Ms. Gildete Evangelista da Silva Professor Avaliador
Curso de Administração - UNEMAT – Campus Universitário de Juara

Jones de Adenilson Manhuari Crixí
Professor Avaliador / Especialista Indígena

Sirlene Aparecida Takeda Bresciani
Coordenadora do Curso de Administração
Curso de Administração - UNEMAT – Campus Universitário de Juara

**Juara/MT
2017**

Dedico esse trabalho à todos os povos indígenas, em especial, aos Munduruku, aos Apiaká e aos Kayabi/Kawaywete.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, por me proporcionar vida e saúde para conseguir concluir mais esta etapa na minha vida.

A Yemõnja e Òòsààlà por zelarem de minha cabeça e sempre me manterem sereno em minhas decisões e escolhas.

Aos meus Pais, às minhas Mães e às minhas Famílias – sanguínea e de asé –, que sempre me apoiaram durante toda a vida e nas minhas escolhas.

À minha orientadora, a qual tive a grande honra de compartilhar momentos de aprendizado e de trabalho regados a muita diversão e inesquecíveis discussões pedagógicas e filosóficas nos bares de nossa vida.

À Professora Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira que iniciou como minha orientadora neste trabalho e a qual nutro uma grande admiração.

Aos meus Amigos e colegas de Universidade e de Vida.

Aos professores que estiveram presentes na minha formação profissional, destacando os que marcaram na minha trajetória acadêmica.

Ao Povo Apiaká e ao Povo Kayabi/Kawaywete.

Um agradecimento mais que especial ao Povo Munduruku por abrirem as portas de sua comunidade e me receberem com carinho e pela confiança que a mim depositaram.

Muito Obrigado à todos.

Sawe!

“Cultura é a casa do ser humano”

Luiz Augusto Passos

RESUMO

O presente trabalho trará uma investigação realizada na aldeia Nova Munduruku, do povo Munduruku da Terra Indígena Apiaká/Kayabi, na cidade de Juara/MT. Temos como problemática de pesquisa a seguinte reflexão: se a atividade de coleta de castanha é tradicional do povo Munduruku, como é feito o intercâmbio e a gestão entre as pessoas da comunidade Nova Munduruku? De que forma tem sido vivenciada a gestão administrativa na Comunidade Nova Munduruku na relação extrativista e de comércio da castanha do Brasil junto a uma cooperativa não indígena? A metodologia deste trabalho primou pela pesquisa qualitativa (Minayo), associada à etnografia (Geertz), sustentamos nosso trabalho no método da dialética marxista e utilizamos como ferramentas de pesquisa a entrevista e a observação participante, valendo-se da revisão bibliográfica como fundamentação teórica em todo o trabalho. Traremos aqui a discussão de cultura abordada por Canclini através de conceitos de hibridização e interculturalidade. Apontaremos a relação do capital entre uma comunidade indígena e uma cooperativa não indígena e as implicações desta parceria refletida diretamente no interior da comunidade. Abordaremos o trabalho cooperado desenvolvido na comunidade Nova Munduruku. Concluímos que a pesquisa cumpriu mais que seus objetivos acadêmicos, pois, além responder as indagações propostas, esta investigação findou-se em entender que algumas ações desempenhadas pela cooperativa não indígena, não estão totalmente a favor da manutenção da cultura do povo Munduruku.

Palavras-Chave: Povo Munduruku, Cooperação, Hibridização e Interculturalidade.

ABSTRACT

The present work will bring an investigation carried out in the village Nova Munduruku, of the Munduruku's folk, in the city of Juara/MT. We have as a research problem the following reflection: if the collecting activity is traditional of Munduruku's folk, how is the exchange and the management of chestnut's harvest among the Nova Munduruku community's folk done? How has the administrative management in the Nova Munduruku community Bern experienced in the extractive and trade relationship between Brazil' nuts and a non-indigenous cooperative? The research methodology has focused on qualitative research (Minayo), associated with ethnography (Geertz), we supported our work in the dialectic's Marxist method and used as research tools the interview and participant observation, using bibliographical revision as theoretical foundation in the role work. We will bring forward the culture discussion addressed by Caclini through concepts of hybridization and interculturality. We will point out the relationship of capital between indigenous community and a non-indigenous community cooperative as well as the implications of this partnership reflected directly within the community. We will discuss the cooperative work developed in Nova Munduruku's community. We conclude that the research, has outweighed it's academic goals, therefore, in addition to responding to the proposed inquiries, this investigation has ended in understanding some actions performed by the non-indigenous cooperative are not totally in favor of maintaining the culture of Munduruku's folk.

Keywords: Munduruku's folk, cooperation, hybridization and interculturality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da TI Munduruku	22
Figura 2 – Quebra da castanha	38
Figura 3 – Placa Fazenda MANDASSAIA, estrada Juara/Paranorte	39
Figura 4 – Fungos encontrados em um ouriço de castanha	43
Figura. 5 – Barracão de armazenamento de castanhas	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCA - Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia

CEU - Congresso de Estudantes da UNEMAT

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAVAM - Cooperativa de Agricultores do Vale do amanhecer

DCE - Diretório Central dos Estudantes

FOCCO - Programa de Formação de Células Cooperativas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEF - Fundo Global Para o Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA - Instituto Socioambiental

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEDET - Núcleo de Extensão Territorial

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEMA-MT - Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso

SESAI - Secretaria de Saúde do Índio

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TI - Terra Indígena

UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso

SUMÁRIO

1 PRIMEIROS PASSOS.....	12
2 CAMINHOS DA PESQUISA	16
3 O POVO MUNDURUKU	20
3.1 Mito do Surgimento do povo Munduruku	20
3.2 Origem territorial e relações culturais/sociais e de sobrevivência do povo Munduruku....	21
3.3 A chegada do povo Munduruku na TI Apiaká/Kayabi.....	23
4 PRÁTICAS COOPERATIVISTAS E COOPERAÇÃO: DIVERGÊNCIAS E CONGRUÊNCIAS NAS INTERRELAÇÕES DE TRABALHO DA COMUNIDADE NOVA MUNDURUKU-INSTITUTO MUNDURUKU E COOPAVAM.....	25
4.1 Relações de trabalho e o Instituto Munduruku	27
4.2 A COOPAVAM no interior da comunidade Nova Munduruku.....	31
4.3 A produção dos fenômenos cooperados e as contradições sociais na perspectiva da abordagem dialética.....	36
4.3.1 <i>Processos cooperados e ações cooperativistas: da coleta à retirada.</i>	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
CONSULTORES INDÍGENAS	49
ANEXOS.....	50
ANEXO A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA COMUNIDADE.....	51
ANEXO B – CARTÃO CNPJ INSTITUTO MUNDURUKU	53

1 PRIMEIROS PASSOS...



Foto: ANDRADE, 2016

Este trabalho se desenvolveu como parte de uma vivência e experiência humana de minha vida pessoal, mas, também do constructo da minha formação no processo da graduação realizado ao decorrer do curso de administração e participação em diferentes espaços da universidade.

Minha experiência com as atividades sociais se iniciaram quando me encontrei religiosamente no Candomblé. Provindo de uma família cristã, em sua maioria católica, passei por empasses doutrinários, conflitos de opiniões e até interesses. Aprimorei minha visão a sociedade em que eu estava inserido e me despertou a luta pelas “minorias” e pelos invisibilizados. Nesta perspectiva refiro-me, principalmente, a cultura afro-brasileira.

No segundo semestre do ano de 2012 iniciou-se um novo ciclo em minha vida, aprovado no vestibular para o curso de Administração, adentrei à Universidade com incertezas e certezas que vivenciaria ali experiências nas quais me guiariam a partir dali. E assim foi, logo no primeiro semestre participei da primeira ação de extensão, o Programa de formação de Células Cooperativas da UNEMAT (FOCCO) na cidade de Cáceres, momento

em que conheci minha orientadora, Prof^a Waldinéia, que em um curto diálogo percebeu-se que a partir daquele momento se iniciava uma relação de trabalho e de amizade.

Assim iniciei minha caminhada acadêmica, e nessa caminhada também participei de atividades do movimento estudantil no campus de Juara. No início dessa caminhada organizei uma comissão para a realização do 5º Congresso de Estudantes da UNEMAT (CEU) no ano de 2013 uma vez que Diretório Central dos Estudantes (DCE) do campus de Juara que estava com a responsabilidade da organização de tal evento e se abstiveram, assim culminando em sua destituição. No ano de 2014 estive presidente do DCE, dentre as lutas pelos estudantes, a conquista mais relevante foi um decreto da prefeitura municipal que garantiu o transporte gratuito dos estudantes até a universidade.

Desde o início da graduação em Administração participei de vários movimentos, eventos e projetos, que me despertaram a vontade de estudar sobre os povos indígenas. Aliás, o meu contato com os povos indígenas deu-se através da Universidade, onde tive oportunidades de conhecê-los, conviver e comungar de seus saberes e sua cultura. Participei de muitos projetos, tanto de extensão como de pesquisa que trabalharam e trabalham diretamente com os povos indígenas da Terra Indígena (TI) Apiaká/Kayabi, povo Kayabi/Kawaywete, povo Apiaká e o povo Munduruku. A minha construção acadêmica foi sendo permeada de experiências que aglutinaram motivos e que colaboraram para a escrita e a opção de se trabalhar com pesquisa dentro da comunidade Nova Munduruku.

Compreendo que todos os projetos dos quais fiz e faço parte compõem as lutas sociais de reconhecimento das minorias¹, entre eles os povos indígenas. Acredito que as ações desenvolvidas nos mesmos primam pela formação humana e pela luta dos direitos humanos fundamentais.

Assim foram dados os primeiros passos... E aos poucos, os passos foram construindo caminhos objetivos, metodológicos e reflexivos que em composição dão sentido ao texto que registro nesta monografia. Uma monografia que aborda a gestão e os processos cooperativos do povo indígena Munduruku. Ao escrever sobre um povo indígena volto minhas reflexões aos demais povos indígenas deste país e reflito sobre a história que é contada sobre o período da invasão (descobrimento) do Brasil. E porque o faço? Para demonstrar minha indignação e afirmar que este país foi invadido. Mas também, para fazer analogias com o continuo deste

¹ Projeto Capoeira, eventos como Kalunga que trabalha a valorização afro-brasileira, projeto dança que evidencia danças afro, indígenas e ribeirinhas, projeto de pesquisa intitulado “significados da educação escolar indígena: na voz e na vivência curricular, intercultural e diferenciada dos professores/as Munduruku, Apiaká e Kayabi na Terra indígena Apiaká/Kayabi” e com o projeto do Núcleo de Extensão Territorial (NEDET) da Baixada Cuiabana que trabalha com povos Quilombolas e outros coletivos afirmando o território e identidade destes.

pensamento invasor, pois, muitas cidades do estado de Mato Grosso, como as cidades do Vale do Arinos também foram invadidas. Há nelas (nos Brasis) um imaginário colonizador que suprime e invisibiliza os povos originários desta terra.

O povo indígena que abordo neste trabalho é o povo Munduruku. São conhecidos como guerreiros, falam a língua Munduruku do tronco Tupi, tradicionalmente, são coletores e agricultores. Estão distribuídos em três estados brasileiros, Pará, Amazonas e Mato Grosso. Nascimento (2012) relata que no ano de 1985 chegaram a terras mato-grossenses os primeiros Munduruku e se instalaram na TI Apiaká/Kayabi. Nesta ocasião se juntaram ao povo Apiaká e somente no ano de 1988 é que os Munduruku se separam dos Apiaká. Fundaram e foram morar na aldeia Nova Munduruku que fica no mesmo território.

O povo Munduruku mantém tradicionalmente suas atividades coletoras para o consumo. Atualmente, fazem a coleta de castanha para consumo e comercialização, formas constantes e desafiadoras de intercâmbios com a sociedade envolvente. O povo Munduruku, da aldeia Nova Munduruku trabalha com a extração da castanha do Brasil em parceria firmada desde o ano de 2013 com a Cooperativa de Agricultores do Vale do amanhecer (COOPAVAM) e também com outros povos indígenas da TI Apiaká-Kayabi. Trata-se de uma atividade de subsistência com a participação do capital.

Aqui nasce minha segunda reflexão pautada em curiosidades e problemáticas. Reflito: se a atividade de coleta é tradicional do povo Munduruku, como é feito o intercâmbio e a gestão de coleta de castanha entre as pessoas da comunidade Nova Munduruku? De que forma tem sido vivenciada a gestão administrativa na Comunidade Nova Munduruku - Terra Indígena Apiaká-Kayabi - na relação extrativista e de comércio da castanha do Brasil junto a uma cooperativa não indígena (COOPAVAM)?

Essas questões centrais impulsionaram o processo de pesquisa e os resultados apresentados. Dentro destas reflexões a pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de gestão do Instituto Munduruku da TI Apiaká-Kayabi e como objetivos específicos: historicizar o surgimento do Instituto dentro da comunidade, sua formação e perspectiva de futuro; entender o modo de funcionamento do Instituto; observar o modelo de gestão adotado pelos indígenas; identificar os significados da presença de uma cooperativa não indígena que atua nos processos de trabalho em parceria com Instituto Munduruku; observando a importância cultural no desenvolvimento das práticas de trabalho geridas pelo Instituto Munduruku.

O movimento da investigação foi orientado no sentimento de buscar entender como foi fundado e como funciona o Instituto Munduruku, o impacto direto e indireto que uma

organização coletiva não indígena exerce dentro de uma comunidade indígena e como este se desenvolve em uma relação comercial. Salienta-se que surge uma dinâmica de trabalho cooperativo entre organizações na comunidade indígena envolvendo uma rede de relações de empreendimentos indígenas e não indígenas, como exemplo a Cooperativa de Produtores Rurais do Vale do Amanhecer (COOPAVAM).

A metodologia de pesquisa primou pela pesquisa qualitativa (Minayo), associada à etnografia (Geertz) com a utilização de entrevista e de observação participante. A pesquisa foi desenvolvida através de fases previamente elaboradas e está estruturada neste registro da seguinte forma: primeiros passos, trata-se da parte introdutória, justificando a pesquisa e mostrando as motivações desta; o segundo capítulo aborda os caminhos metodológicos da pesquisa trilhados para a efetivação da investigação proposta; o terceiro capítulo apresenta o povo Munduruku; o quarto capítulo traz as indagações levantadas pela pesquisa, a problemática e os objetivos da mesma; e por fim, as considerações finais da pesquisa.

2 CAMINHOS DA PESQUISA



Foto: ANDRADE, 2016

O caminho primeiro para a vivência da pesquisa se deu antes mesmo da proposição da pesquisa em si. Foram caminhos de terra e de água, porém, para chegar a aldeia nova Munduruku só passando pelas águas, e é assim que inicio os primeiros passos... saindo do mundo sólido, da terra onde nos é comum para o mundo em estado líquido das águas, do movimento, dos balanços que nos faz enxergar um Outro mundo.

As águas possibilitaram a travessia e a travessia aconteceu em vários momentos em que participamos de ações junto às comunidades indígenas, em que nos colocamos em escuta e vivenciamos os procedimentos da pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa se justifica porque aproxima o acadêmico pesquisador do *locus* da investigação. Gil (2010) define a

pesquisa exploratória como um tipo de pesquisa que têm por objetivo de proporcionar uma visão geral sobre o objeto de estudo para eliminar dificuldade de formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Minayo (2013) diz que na pesquisa exploratória, o investigador busca um novo discurso interpretativo.

A pesquisa exploratória foi se dando na vivência com a comunidade indígena. Período que também solicitei autorização junto à comunidade para a realização deste trabalho. Essa solicitação culminou com a confirmação da autorização em forma de um documento (anexo) resultante de uma reunião em que apresentei a proposta da pesquisa á liderança da comunidade Munduruku.

Os passos foram sendo dados aos poucos e alguns procedimentos de apoio foram sendo necessários. Houve a necessidade de estudar a historicidade e surgimento do Instituto Munduruku e as relações de parceria com a COOPAVAM. A estratégia investigativa se deu com análise documental do Estatuto Social do Instituto, dos registros históricos, desde a criação do instituto, as diretorias e todas as informações pertinentes para o enriquecimento da pesquisa. Gil (2010) explica que a análise documental se diferencia da bibliográfica, pois, ela se vale de toda gama de documentos ligados ao objeto de estudo elaborados com finalidades diversas em textos escritos, tanto em papéis ou eletrônicos.

A pesquisa bibliográfica conduziu este trabalho em todos os momentos, dando suporte teórico e de compreensão, calçava nossos pés na caminhada e quando estávamos sobre as águas possibilitava a contemplação e por algum tempo a sensação de calma. Deste modo consultamos a bibliografia desta temática para embasar as interpretações emergentes à pesquisa, assim referenciamos as conclusões elencadas posteriores ao levantamento e interpretação dos dados. Gil (2010, p.46) nos explica que o “levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação”. Assim, o fizemos...

Cada passo configurou em avanços, mas ao mesmo tempo em que caminhávamos havia a sensação da necessidade da continuidade e nos deparamos com o paradoxo do caminho em si. Um caminho que transportava-nos entre terras e águas. Definimos assim: terra nosso lugar conhecido e água lugar de travessia, o Outro mundo. Compreendemos que era preciso não só fazer travessias, era necessário adentrar, experienciar o Outro, portanto, era necessário estar com os Munduruku. E assim, com este sentimento de estranheza adentramos no trabalho de campo com a aprendizagem e o uso da técnica da observação participante.

Minayo (2013) explica que esta técnica estabelece uma relação face a face entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa mantendo um contato direto com os mesmos. Com a observação, o pesquisador se coloca na realidade de seu objeto de estudo com o intuito de desenvolver um trabalho científico em uma relação direta com os sujeitos da pesquisa, vivenciando o cenário social e cultural podendo até modificar este contexto, pois interfere nele assim como é modificado pessoalmente. Minayo (2013) explica a observação participante como um método que permite compreender a realidade.

A observação nos guiou em todos os passos, passos que se concretizaram em uma caminhada de 11 km mata adentro, experienciando saberes e sensações, dialogando com os protagonistas desta realidade, colocando-nos no lugar do Outro assim podendo sentir o quanto árduo é a atividade de coleta. Entendemos o sentimento de desvalorização de sua força de trabalho e afirmamos quão equivocada estão as pessoas que discursam que o indígena brasileiro nada produz.

O diálogo foi instrumento necessário na compreensão e na estrutura da investigação, pois, o caminho foi feito conversando de várias formas, com os olhos, com a palavra, com o sentimento e também com silêncios. Da conversa várias pessoas participaram e estas estavam em diversos lugares entre eles a aldeia Nova Munduruku e a UNEMAT. Nestas conversas houve um diálogo que se efetivou na técnica de entrevista não estruturada. Minayo (2013, p. 64) explica que a entrevista é:

[...] acima de tudo uma conversa a dois, ou então em vários interlocutores, realizada pela iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Entrevistamos os sujeitos que fazem parte do Instituto Munduruku, tanto as gestões que se passaram até a gestão atual, bem como os cooperados e a liderança da comunidade, e observamos os processos de pactuação e relações de trabalho empreendidos dentro da comunidade Nova Munduruku. Observamos e obtivemos informações desde o planejamento que antecede a colheita da castanha até os desdobramentos e conclusão do processo administrativo.

Os diálogos em entrevistas e em outros momentos e com vários interlocutores, a análise documental, as leituras foram mobilizadores de interpretação e de identificação de contradições, estranhezas, processos, movimentos e histórias construídas em estado de

vivência, com enfrentamentos e construção de caminhos interculturalizantes, dialéticos e híbridos.

O marxismo enquanto método leva em consideração,

[...] a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma teoria sociológica importante. Enquanto método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais (MINAYO, 2013, p. 24).

Apoiamos nosso trabalho na fenomenologia de Merleau-Ponty (1945) que trabalha com a percepção, de modo a explicar esta como uma forma de sentir que ultrapassa as alternativas clássicas positivistas focalizando o Outro em toda sua cosmologia. O método de pesquisa foi o materialismo histórico dialético por buscar entender a realidade como resultado de múltiplas determinações. Konder (2003) explica que o método dialético não pressupõe respostas prontas e sim a busca de novas revelações, pois há uma compreensão dos indivíduos com uma riqueza e complexibilidade interior. Na esteira deste pensamento, foi possível desenvolver um trabalho enriquecedor com as experiências administrativas não estruturadas que já são aplicadas na gestão de um Instituto que provém das vivências das pessoas da comunidade e fazendo assim um confronto das realidades.

3 O POVO MUNDURUKU



Foto: ANDRADE, 2016

Neste capítulo apresento o povo Munduruku, com sua cultura, pinturas e vivência, a mitologia de seu surgimento, sua origem territorial e alguns dados socioeconômicos e o histórico da chegada desse povo na TI Apiaká/Kayabi com o objetivo de trazer a identidade deste povo ao trabalho desenvolvido contemplando toda a cosmologia que envolve este grupo étnico.

3.1 Mito do Surgimento do povo Munduruku

O texto que será apresentado a seguir foi retirado de um documentário realizado pelo projeto de pesquisa chamado “significados da educação escolar indígena: na voz e na vivência curricular, intercultural e diferenciada dos professores/as Munduruku, Apiaká e Kayabi na Terra indígena Apiaká/Kayabi”. Neste documentário o ancião e cacique da aldeia, Sr. Joaquim Crixí, relata o surgimento do povo Munduruku:

*Karusakaibã*² tinha todo o poder, fazia tudo. *Karusakaibã* tinha uma filha e um amigo, o Tatu (*wāwā*). Naquele tempo não tinha gente, então o *wāwā* pediu a *Karusakaibã* se podia casar com a filha dele, então *Karusakaibã* disse que podia casar, mas só quando ela crescer porque ela é muito nova pra casar. *Wāwā* não aguentou esperar a filha do *Karusakaibã* crescer e abusou dela, *Karusakaibã* então mandou o tatu fazer uma roça, quando chegou no local tinha muita “catiça” então *Karusakaibã* colocou fogo, *Wāwā* com medo de morrer cavou um buraco na terra para fugir do fogo. Após passados 3 dias *Karusakaibã* foi conferir se o *Wāwā* havia se queimado e não encontrou nada, somente um buraco no chão, então pensou: - “Será que *Wāwā* entrou nesse buraco?” -. Então acendeu seu cigarro e defumou o local. *Wāwā* saiu do buraco correndo então *Karusakaibã* começou a bater nele e ele pedia para que não apanhasse, e falou –“não faça isso, não faça isso, embaixo da terra também tem gente!”. Então *Karusakaibã* decidiu tirá-los debaixo da terra. Para isso tiraram um grande pedaço de um cipó conhecido como “cordão de são Francisco” colocaram o cordão dentro do buraco e foi puxando, puxando e foi saindo gente. Conta-se que primeiro saiu gente feia, foi saindo, foi saindo, quando começou a sair gente bonita, na metade da fila chegou um papagaio sentou no cordão e cortou o cordão e a gente que estava subindo o cordão caiu de volta no buraco e assim morreu muita gente bonita. Após isso fizeram as aldeias e as casas dos Munduruku, e assim surgiu o povo Munduruku.

A narração cosmogônica evidencia um patrimônio cultural imaterial que é transmitido por gerações, mas, que também pode ser recriado com o tempo. As formas de narrar a origem fornece um sentimento de identidade e de unicidade do surgimento do povo Munduruku. Compreendo que apresentar o povo Munduruku é também narrar o mito que os cria.

3.2 Origem territorial e relações culturais/sociais e de sobrevivência do povo Munduruku

A narração cosmogônica é uma dimensão da cultura imaterial que diz da origem desse povo, da saída do centro da terra, mas esse lugar de origem em minha interpretação se localiza geograficamente nos discursos e nas referências das pessoas da comunidade Munduruku na Terra Indígena Munduruku.

² Para o povo Munduruku *Karusakaibã* é o Deus da criação.

Assim, o povo Munduruku tem sua origem no território onde hoje se localiza a TI Munduruku (Fig. 1). Segundo a FUNAI (2008, p. 19) a TI Munduruku localiza-se na “região sudoeste do Estado do Pará, no Município de Jacareacanga, margem direita do Rio Tapajós. A TI Munduruku faz limite a noroeste com a TI Sai Cinza e a sul-sudeste com a TI Kayabi”.

Segundo o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, foi constatada uma população total de 13.103 indígenas Munduruku, entre os que residiam em Terras Indígenas e fora de Terras Indígenas. Em comparação com os dados da Secretaria de Saúde do Índio (SESAI) que relata a população de 13.755 Munduruku no ano de 2014, assim tendo um aumento aproximado de 5% da população em 4 anos.

Figura 1 – Localização da TI Munduruku



Fonte: FUNAI, 2008

O povo Munduruku possui vários meios de sobrevivência e de obtenção de alimentos, roça, caça, pesca, coleta, etc. Conforme o site do Instituto Socioambiental (ISA), a agricultura é praticada conforme os conhecimentos tácitos (imemorais) deste povo, em terra firme, com aproveitamento pleno de todos os espaços consorciando as culturas. Os cultivos mais presentes nas roças do povo Munduruku são os diferentes tipos de mandioca, bananas, batatas, cana e cará. As plantas frutíferas são plantadas na maioria das vezes nos caminhos para roça.

Na divisão social do trabalho, cabe ao homem fazer a broca e derrubada da mata onde será aberta a roça de toco. A coivara, limpeza após a queimada, normalmente é feita por toda família. O plantio de mandioca é feito com a participação do homem e da mulher; outros cultivos como as batatas, cará, abacaxi e pimentas são realizados

apenas pelas mulheres. Normalmente as atividades de capina das roças e as colheitas são feitas pelas mulheres. (site do ISA³)

Além dessas atividades tradicionais acima citada outras fazem parte do processo de sobrevivência deste grupo étnico. Segundo Jones de Adenilson Manhuari Crixí, Liderança da comunidade Nova Munduruku, são várias as atividades de sobrevivência e econômicas que são desenvolvidas na comunidade são: vendas de artesanato, roças, caça, pesca, coleta de castanha e atividades que se inserem dentro do funcionalismo público (trabalhadores da educação e saúde indígena). Outra modalidade de renda das famílias são o acesso a programas sociais do governo como bolsa família, aposentados e pensionistas.

Nesta perspectiva compreendo que coexistem na comunidade Nova Munduruku atividades tradicionais de cunho econômico organizado em uma economia que provém da produção da cultura material e imaterial, mas, também há uma economia baseada tão somente na relação do capital e do Estado com a produção de trabalhadores assalariados, bem como, acesso aos programas sociais, aliás, políticas públicas de responsabilidade do Estado.

Quando evidencio a narrativa de Jones Manhuari, já o faço a partir do lugar em que a pesquisa se desenvolve. Esclareço que não é na Terra Indígena Munduruku – Terra de origem, mas, na Terra Indígena Apiaká- Kayabi, na aldeia Nova Munduruku. A partir daqui descrevo a história de deslocamento do Pará para o Mato Grosso.

3.3 A chegada do povo Munduruku na TI Apiaká/Kayabi

O cacique e Ancião da Aldeia, Sr. Joaquim Crixí relata que a chegada do primeiro Munduruku na TI Apiaká/Kayabi se deu com a vinda de seu pai, Sr. Solano Crixí, que era casado com uma Apiaká. Vieram para o Mato Grosso para visitar seu sogro na então Aldeia Nova Esperança, no ano de 1975.

Quando ele voltou para sua aldeia no Pará (TI Munduruku) convidou o Sr. Joaquim para passear e conhecer a TI Apiaká/Kayabi. O Sr. Solano dizia para o seu filho que as condições de vida eram as mesmas, porém, ficariam perto das famílias, assim não sentido saudades uns dos outros. Disse também que quando falecesse, o Sr. Joaquim voltaria para a sua terra de origem.

³ <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku/print>. Acessado em 15 de nov. de 2016

Assim, segundo Sr. Joaquim eles vieram e chegaram no dia 18 de agosto de 1982. Primeiro veio ele e sua família, inicialmente, se instalaram na Aldeia Nova Esperança do povo Apiaká. Após 3 meses construíram o barracão onde hoje é localizada a aldeia Mayrob (do povo Apiaká), que naquela época era conhecida como “Poção”.

No ano de 1984, Sr. Joaquim voltou ao Pará para uma visita com sua família, passou um ano na aldeia no Pará e quando retornou no ano de 1985 trouxe consigo 2 famílias e voltaram para a aldeia Mayrob. Foi somente no ano de 1988 que fundaram a Aldeia Nova Munduruku iniciando com 7 famílias. Segundo o Sr. Joaquim, a aldeia Nova Munduruku foi registrada na FUNAI de Tangará da Serra no ano de 1990.

Trouxeram consigo os saberes culturais materiais e imateriais e estabeleceram um diálogo com as outras duas etnias que residem na Terra Indígena Apiaká –Kayabi. O povo Apiaká e o povo Kayabi. Atualmente, as relações políticas neste território são construídas coletivamente entre os três povos. Desenvolvem algumas ações econômicas conjuntamente, e uma delas é participarem das ações empreendidas pela COOPAVAM – Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer.

A COOPAVAM é uma cooperativa de agricultores assentados da cidade de Juruena/MT. A instituição que se faz presente dentro da Comunidade Nova Munduruku e a pactuação da presença da mesma é feita via contrato de compra e venda com o Instituto Munduruku. O surgimento desta no interior da comunidade indígena Nova Munduruku do povo Munduruku na TI Apiaká-Kayabi em nossas análises foi com interesses de ambos em uma parceira no sentido de aglutinar força de trabalho e matéria prima, neste caso, a castanha do Brasil como estratégia de ampliar a bem feitoria da cooperativa.

A COOPAVAM nasceu em 01/05/2008, do interesse de um grupo de agricultores familiares em trabalhar com produtos florestais não-madeireiros. O Vale do Amanhecer é um dos poucos Assentamentos do MT que possui Reserva Legal Comunitária bem conservada e com Licença Ambiental Única aprovada na SEMA-MT, com uma área de 7.200 hectares de floresta amazônica com alto potencial para o extrativismo da castanha do Brasil. (Site COOPAVAM⁴).

O desenvolvimento do trabalho junto a COOPAVAM, especificamente, com o povo Munduruku é realizado em parceria com o Instituto Munduruku e tem produzido nesta vivência relações de capital, trabalho, cooperação e práticas cooperativistas.

⁴ <http://coopavam.org.br/historia/>. Acesso em 12 de ago. de 2016

4 PRÁTICAS COOPERATIVISTAS E COOPERAÇÃO: DIVERGÊNCIAS E CONGRUÊNCIAS NAS INTERRELAÇÕES DE TRABALHO DA COMUNIDADE NOVA MUNDURUKU-INSTITUTO MUNDURUKU E COOPAVAM.



Foto: ANDRADE, 2016

O estado de cooperação é uma atitude presente e tradicional no povo Munduruku. Desenvolve-se no que Marx denomina de trabalho, no feito e produção de ações que transformam o meio. Assim, a relação de trabalho se confunde com a produção cultural, ou seja, relaciona-se ao próprio fazer e ser Munduruku. Então, a relação de trabalho e/ou das práticas culturais na construção de atividades estão relacionadas aos campos mítico-cosmológicos, de consumo, comercialização, extrativismo, plantio, e ritual (na presença de

pajé quando esta na comunidade)⁵ desenvolvida no interior da comunidade se caracteriza pela individualidade e pela cooperação nas ações.

Essas relações se apresentam de duas formas: a individualidade de grupos familiares e a coletividade comunitária. Compreende-se por individualidade de grupos familiares as ações das famílias plantarem suas roças, fazerem suas caças, pesca e colheita de castanha, geralmente, para consumo e na atualidade, no caso da colheita da castanha tanto para consumo quanto para comercialização e/ou geração de renda.

Por coletividade comunitária se entende diferentes ações que vão desde o planejamento no barracão comunitário – espaço de produção de assembleias coletivas para decisão de quaisquer assuntos e/ou situação necessária de organização por parte de toda a comunidade – até o desenvolvimento de atividades que tenham objetivos comuns, tais como, eventos culturais do próprio povo, como a produção da roça. Para esta atividade há a preparação do lugar (demarcação da roça, roçado do mato baixo, a derrubada e espera da secagem do roçado), queimada, a coivara (cortar galhos que não foram queimados), plantio da roça, pescarias e caçadas coletivas. Há também períodos coletivos de busca de frutos silvestres do lugar e confecção de adornos artesanais utilizados nos eventos culturais da comunidade.

As abordagens acima apresentadas estão imersas no contexto cultural do povo Munduruku e, portanto, na construção da identidade de um grupo étnico. Afirmamos neste contexto que as identidades são dialéticas porque como ser humano que somos e sujeitos a diferentes experimentações e situações sociais e interculturais nos encontramos e de alguma forma trocas ocorrem e são produzidas. Assim, “a identidade, seja ela individual ou coletiva, é parte constitutiva do movimento dialético já feito, antecipando a expectativa do movimento que ainda fará a nova identidade” (BOGO, 2008, p.117).

Nessa perspectiva é importante estabelecer o que é trabalho dentro da comunidade Munduruku e para esta construção primeiramente trazemos a discussão do que é trabalho. Marx (1985) conceitua trabalho como um processo que se apresenta em seus elementos simples e abstratos, como atividade objetivando um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas.

⁵ Não há pajé na comunidade Nova Munduruku, quando é necessário as consultas são feitas a Pajé de outros lugares. E no ritual é feito vigília a noite e é oferecido alimento ao mesmo e todos se alimentam. Esse ritual fortalece a comunidade. O povo Munduruku tem dois tipos de Pajé, o do bem e o do mal. Segundo Jones Munduruku o Pajé do bem nasce e o pajé do mal se torna quando o mesmo procura e em posse de uma erva faz uso da mesma e se transforma. De acordo com Raimundo Manhuari, o Cacique da Comunidade Nova Munduruku é a única pessoa que tem conhecimento desta erva, mas não revela para ninguém porque há um medo por parte da comunidade que haja a manifestação de um pajé do mal e traga mau agouros.

A partir dessa discussão vamos aprofundar nas relações de trabalho introduzindo a conexão do trabalho dentro da perspectiva do capital no contexto do contrato da Cooperativa COPAVAM estabelecida com o Instituto Munduruku.

4.1 Relações de trabalho e o Instituto Munduruku

O Instituto Munduruku é uma organização coletiva do povo Munduruku que residem no Município de Juara-MT na TI Apiaká-Kayabi. Trata-se de um Instituto com Estatuto Social próprio e sem fins lucrativos.

Essa instituição foi juridicamente registrada no ano de 2005⁶, no entanto, o seu surgimento é resultante de outras organizações indígenas, pois, segundo relato do Vice Cacique Jones de Adenilson, o Instituto Munduruku surge como uma historicidade de associações que não deram certo. O mesmo cita que inicialmente foi criada uma associação chamada *Itaiok* que abrangia três povos da TI Apiaká-Kayabi (Munduruku, Apiaká e Kayabi/Kawaiweté), porém com o surgimento de conflitos foi encerrada. Após esta experiência fracassada fundaram a associação *Ararawê* que envolvia o Povo Munduruku e o Povo Apiaká e que também foi encerrada por conflitos. Assim, com tais experiências, o Povo Munduruku fundou o Instituto Munduruku

De acordo com o caderno de memória⁷ do Sr. Joaquim Crixí, Cacique da comunidade desde sua fundação, foi no dia 09 de janeiro de 2005 em reunião com as duas comunidades – Nova Munduruku e Mayrob, que discutiram a continuidade ou não da participação dos Munduruku dentro da associação *Ararawê*. Que após vários diálogos firmou-se a saída da comunidade Munduruku da associação, ao mesmo tempo em que se decidiu a criação de uma nova associação apenas para o povo Munduruku, o Instituto Munduruku. O Instituto teve como presidente a liderança Marino Borum até o ano de 2009, a partir do ano de 2010 teve o seu segundo presidente, o professor e liderança Marcelo Manhuari Munduruku e o atual presidente é a liderança Valdenildo Saú que iniciou sua gestão no ano de 2015. Durante a gestão do segundo presidente o estatuto social passou por uma reatualização e firmou parceria com a COOPAVAM.

⁶ Cartão CNPJ obtido através de uma consulta no site da receita federal em anexo.

⁷ O Sr. Joaquim é um sábio da comunidade Nova Munduruku e registra todos os eventos e reuniões que ocorrem o barracão da comunidade em seus cadernos de memória, e, os mesmos são fontes de pesquisa empírica e documental.

O Estatuto Social do Instituto Munduruku assegura em seu Artigo 2º: que tem como objetivo: “promover, incentivar e apoiar a preservação e a melhoria do meio ambiente” podendo para tanto, em seu item 4 “Buscar criar projetos de subsistência e sobrevivência para auto sustentação dos Munduruku, respeitando sua livre escolha, as peculiaridades inerentes ao seu uso, seus costumes, suas tradições e cultura”.

Dentro desta perspectiva e em escuta ao segundo presidente sobre a funcionalidade do instituto e a parceria com uma cooperativa de assentados da cidade Juruena-MT para a coleta da castanha identificou-se que havia uma procura da cooperativa em ter os povos indígenas juntos na realização deste trabalho. A cooperativa precisava de uma instituição jurídica para estabelecer parceria e é assim que o Instituto Munduruku assume esta funcionalidade.

Instituto Munduruku é a entidade Associativa que está mais organizada na TI Apiaká-Kayabi e que por esta causa é responsável pela negociação direta com a COOPAVAM, firmando assim contrato de compra e venda de castanha entre os 3 Povos e a cooperativa, e também como integrante do projeto Sentinelas da Floresta que é coordenado por Paulo Cesar Nunes em parceria com a COOPAVAM (Marcelo Munduruku, 21/04/2016).

Marcelo ainda relata que as outras comunidades, Mayrob e Tatuí, estabelecem contratos com outros atravessadores não comercializando exclusivamente com a COOPAVAM. As famílias dessas comunidades que optam em comercializar com a cooperativa se valem do intermédio do Instituto Munduruku sem nenhuma perda monetária, pois, o instituto não realiza nenhum tipo de cobrança adicional por qualquer prestação de serviço, reafirmando que este é sem fins lucrativos.

Esclarecemos que participam da produção de trabalho da coleta da castanha junto à COOPAVAM os três povos indígenas da TI Apiaká-Kayabi, povo Munduruku, povo Apiaká, Povo Kayabi/Kawaywete e também o Povo Cinta Larga. No entanto, este estudo aborda a relação de trabalho da cooperativa para com o Instituto Munduruku. Entendemos que a gestão do Instituto Munduruku é realizada de modo coletivo onde toda a comunidade participa das decisões firmadas entre o instituto e a cooperativa, o presidente é um representante legal, porém as decisões são coletivas, afirmando novamente a ação cooperada própria do povo Munduruku.

Conforme contrato atual de compra e venda firmado no final do ano de 2016 entre a cooperativa e o instituto, os valores estabelecidos são registrados nos seguintes termos: teto de venda de 10.000 (dez mil) quilogramas (Kg) de castanha do Brasil *in natura* pelo valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por Kg. Caso a coleta ultrapasse o teto firmado no contrato deverá ser feito

um novo contrato. O transporte fica por conta e risco da cooperativa, retirando das aldeias em lotes de 3.000 (três mil) Kg, equivalentes a uma carga de caminhão. Fica por conta da COPAVAM também o fornecimento de sacos de 50 (cinquenta) Kg para o acondicionamento da castanha para o transporte. Consta uma cláusula no contrato que a castanha deve ser entregue escolhida, lavada e seca, e podendo ser recusada pela COOPAVAM caso não atenda aos padrões exigidos.

Marcelo Munduruku nos revela que o primeiro contato com a COOPAVAM se firmou no ano de 2013 com o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o Kg da castanha *in natura*, este sem contrato de compra e venda firmado. O primeiro contrato se deu no ano de 2014 com o preço acertado de R\$ 3,00 (três reais) o Kg e uma carga de 15.000 Kg (15 toneladas) de castanha. No ano de 2015 houve um pequeno aumento no preço para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) o Kg e mantendo a quantidade de 15 toneladas de castanhas. Como já afirmamos anteriormente, o contrato atual firmou-se com o valor de R\$ 5,00 o Kg e abaixou a quantidade do contrato para 10 toneladas. Há uma promessa de alta no preço para o próximo ano de R\$ 7,00 (sete reais) o Kg. A baixa na quantidade de castanha pode ser dada por vários motivos, internos ao vegetal e externo ao mesmo, no entanto, a alteração para mais ou para menos na produção dos castanhais é um fator considerado normal pelos indígenas por compreenderem que “um ano produz bem, outro ano produz pouco”.

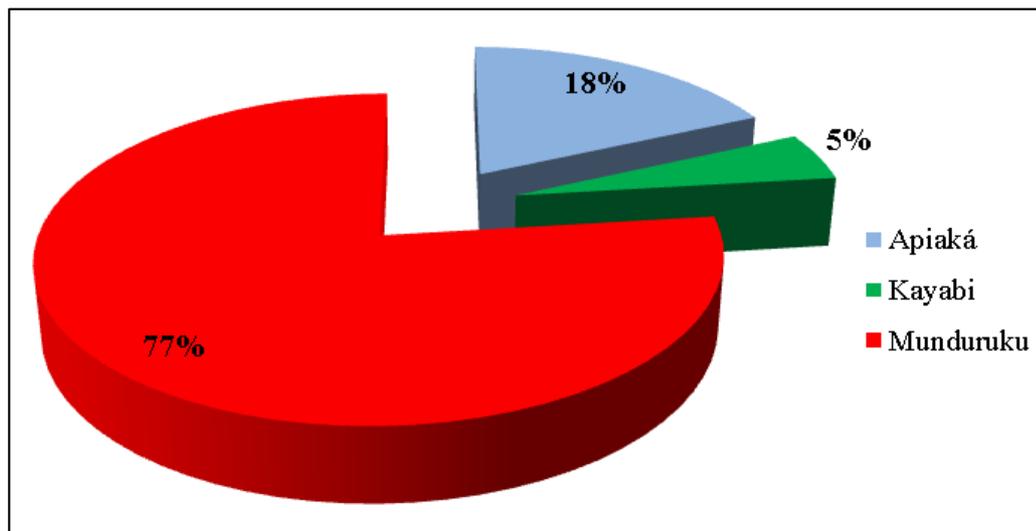
Valdenildo Saú esclarece que o preço da castanha praticado pelos atravessadores antes do contato da COOPAVAM era de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) o Kg fora da época do natal (sazonalidade) e quando chegava perto do natal pagava-se R\$ 1,00 (um real) o Kg. Outro fator relevante explicado por ele é que caso não seja atingida o teto de coleta estabelecido pelo contrato com a COPAVAM o instituto não sofre nenhum tipo de sanção ou multa contratual.

O fator predominante na alta do preço da castanha é o aumento da demanda e a baixa oferta, tal evento é conhecido na economia como Lei da Oferta e Procura. Jones Crixí nos conta que outras empresas têm procurado a comunidade e ofertando preços mais vantajosos que a COOPAVAM. Segundo ele isso tem influenciado fortemente na alta do preço do Kg da castanha pela cooperativa.

A produção da coleta realizada no ano de 2016 comercializada com a COPAVAM pelas comunidades Nova Munduruku, Mayrob e Tatuí não chegou ao teto combinado no contrato. Conforme documentos do Instituto Munduruku, pela ação extrativista foram coletados um total de 9.775 (nove mil, setecentos e setenta e cinco) Kg de castanha do Brasil *in natura*, sendo 1.778 (um mil, setecentos e setenta e oito) Kg coletados pelo povo Apiaká

(comunidade Mayrob), 481 (quatrocentos e oitenta e um) Kg coletados pelo povo Kayabi/Kawaywete (comunidade Tatuí e Aldeia Alta) e 7.516 (sete mil, quinhentos e dezesseis) Kg coletados pelo povo Munduruku (comunidade Nova Munduruku). Segue Gráfico ilustrativo abaixo

Gráfico 1 – Produção de castanha do Brasil comercializada com a COOPAVAM por Etnias na TI Apiaká/Kayabi



Fonte: ANDRADE, 2016

Observamos a predominância do povo Munduruku como fornecedor de castanha para a cooperativa. Essa relação de serem coletores em potencial pode ser porque as outras comunidades mantêm contratos com outros compradores. E também porque as negociações contratuais são de responsabilidade do Instituto Munduruku. Portanto, há uma relação de mercado firmado diretamente com o povo Munduruku, os interlocutores diretos com a cooperativa.

A lei da oferta e da procura é um fator que se estabelece na relação de mercado, no entanto, ainda que haja a presença deste fenômeno da economia, observa-se outros fatores que se inter-relacionam, como por exemplo, a formação de trabalhadores coletores remunerados. Essa atitude evidencia uma mudança nas relações de trabalho. Antes potencial de trabalho para consumo e após relação contratual, trabalho em relação de mercado. Essa relação de trabalho demonstra uma ação intercultural híbrida construída em forças produtivas capitalista, força de trabalho humano e também organização de uma gestão que tem como fundamento princípios econômicos e cooperados.

4.2 A COOPAVAM no interior da comunidade Nova Munduruku.

Estamos inferindo a ideia de que a cooperativa em parceria com o Instituto tem produzido processos interculturalizantes, pois, de um lado temos não indígenas com propostas de diferentes óticas e de outro os povos indígenas, em especial, os Munduruku organizando a partir da cultura a relação econômica na comunidade.

Nesse sentido, evidenciamos a reflexão da relação entre a cooperativa e o instituto – os coletores - em sua essência como processos interculturalizantes e hibridizantes. Para explicar o fenômeno desta relação utilizamos de Canclini (2009). Para ele a interculturalidade trabalha com três processos: as diferenças, as desigualdades e a desconexão, esclarece que a interculturalidade se dá na trama vários fatores sociais intercalando as culturas e assim às tornando híbridas. Portanto a interculturalidade se dá na afirmação entre os diferentes em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.

Aliás, processos lidos dentro desta pactuação. Assim, os aspectos históricos e de origem da COOPAVAM junto ao Instituto dentro da comunidade indígena se comporta como uma intersecção entre os pactuantes na construção de hibridizações e de interculturalidade.

Assim Canclini (2010, p. 14) explica que:

[...] la hibridación no es sinónimo de fusión sin contradicciones, sino que puede ayudar a dar cuenta de formas particulares do conflicto generadas en la interculturalidade reciente y en medio de la decadencia de proyectos nacionales de modernización en América latina. Tenemos que responder a la pregunta de si el acceso a mayor variedad de bienes facilitando por los movimientos globalizadores democratiza la capacidad de combinarlos y de desarrollar una multiculturalidad creativa.

Explicamos a pactuação do instituto com a cooperativa acima citada resulta de negociações metaeconômicas, em base democrática. Garcia (1981, p. 1) explica que “uma associação cooperativa, o próprio ato de produção, ou melhor, a própria ideia do que seja trabalho inclui necessariamente características ‘metaeconômicas’”. Ainda Garcia (1981) aponta que as cooperativas, em si, são organizações de pessoas que, democraticamente se unem com objetivos específicos de necessidades econômicas definidas por duas condições: políticas, pois, há uma promoção social e econômica de seus membros, porque produz um bem ou serviço com a intenção de gerar receita. Para Canclini (2010) processos hibridizantes e globalizantes.

A Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer tem a necessidade de trabalhar com produtos da floresta de um modo que não a degradasse, pois, este

assentamento se localiza em uma área que possui uma reserva legal comunitária. Tal comunidade é formada por pequenos agricultores e é conhecido como Vale do Amanhecer que se localiza na cidade de Juruena-MT, por outro lado, o Instituto tem o interesse em desenvolver formas de auto sustentação, no entanto, e de acordo com Marcelo Munduruku há uma inexperiência em criar projeto próprios, e nesse sentido, pactuou com a cooperativa como uma experiência de funcionalidade coletiva, mas que o objetivo é que o próprio Instituto produza projetos independentes também.

Segundo dados da cooperativa, desde a sua fundação a COOPAVAM agregou um importante grupo de parceiros tanto governamentais, da iniciativa privada e da própria sociedade civil organizada. Dentre estes estão: INCRA, CONAB, o extinto MDA, GEF, PNUD, SEMA-MT, FUNAI, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juruena, Associação do Povo Indígena Cinta Larga de Aripuanã, Associação do Povo Indígena Kayabi, Instituto Munduruku, Associação do Povo Indígena Apiaká, Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena, Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA), Jasmine Alimentos Orgânicos, Frutos da Terra, NATURA Indústria de Cosméticos e diversas organizações. Possui como missão “ser referência na preservação da floresta, fortalecendo a cadeia produtiva da castanha do Brasil, gerando renda e desenvolvimento sustentável através da produção de alimentos saudáveis” (site COOPAVAM⁸).

As parcerias firmadas pela COOPAVAM entre as entidades governamentais, entidades privadas e da sociedade civil tem possibilitado uma construção hibridizante de experiências interculturais entre as comunidades indígenas e os demais parceiros da cooperativa.

Entendemos e insistimos que faz-se necessário entender a hibridização como forma de superar a segregação e mesmo a exclusão. Canclini (2010, p. 20) afirma que a hibridização na forma da interculturalidade ocorre quando há um encontro de duas culturas ou povos diferentes. “La hibridación, como proceso de intersección y transacciones, es lo que hace posible que la *multiculturalidad* evite lo que tiene de segregación y pueda convertirse en *interculturalidad*”.

A COOPAVAM trabalhou com dois projetos junto à comunidade Nova Munduruku. O primeiro intitulado “Sentinelas da Floresta”, iniciou em no dia 17 de maio de 2013 com duração de 24 meses. Segundo o site do Fundo Amazônia⁹, financiador do projeto, foi

⁸ <http://coopavam.org.br/historia/>. Acesso em 13 de abr. de 2016.

⁹ http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/COOPAVAM. Acesso em 14 de abr. de 2016.

desembolsado um total de R\$ 4.064.200,37 (quatro milhões, sessenta e quatro mil e duzentos reais e trinta e sete centavos) durante a execução do projeto. Este projeto teve como área de abrangência territorial oito municípios do Noroeste do Estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena).

Participaram do projeto 4 etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Cinta Larga, também os extrativistas do assentamento Vale do Amanhecer e a AMCA.

Segundo dados do Projeto, o mesmo visa a reforçar a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil na região Noroeste do MT, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização. Propõem aumentar a renda das comunidades extrativistas, entre elas as comunidades indígenas reduzindo a pressão floresta e dependência da extração de subsistência pelas comunidades.

O projeto referido tem como ações a ampliação e aprimoramento da coleta de castanha-do-Brasil nas comunidades indígenas; construção de barracões e mesas de secagem da castanha nas comunidades; aumento da capacidade de aquisição de castanha *in natura* pela COOPAVAM; aquisição de equipamentos e estruturas; ampliação e modernização das unidades de beneficiamento da COOPAVAM e da AMCA, com melhoras na produtividade e qualidade e capacitação técnica e gerencial dos indígenas e extrativistas envolvidos no projeto, com estímulo a sua integração e fortalecimento.

Há aqui um paradoxo contraditório, mas, compreensível pela dialética das forças de produção e valor de mercado. O paradoxo está em reduzir o uso dos recursos da floresta pelos povos indígenas em contraposição de aumentar a extração da castanha em processos pactuados.

O segundo projeto desenvolvido pela COOPAVAM é o Projeto Doação Simultânea que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) requer um encontro com sua origem que está circunscrita no Programa Fome Zero. A partir dessa concepção cria-se o Programa de Aquisição de Alimentos. Instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar. O apoio aos agricultores familiares opera-se por meio da aquisição de produtos da sua produção, com dispensa de licitação. (Site CONAB¹⁰)

¹⁰ <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 12 de out. de 2016

Segundo o site da COOPAVAM¹¹, o Projeto Doação Simultânea que é executado pela mesma atende mais de 42.000 Crianças, Jovens, Gestantes e Idosos em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional em 08 Municípios do Noroeste MT mencionados anteriormente. Através do PAA é comercializado para a CONAB produtos como Farinha de castanha do Brasil, Barra de cereais e castanhas do Brasil em amêndoas. Esses produtos são doados através do PAA para entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho que vem sendo desenvolvido com a castanha do Brasil tem realizado trocas entre as amêndoas *in natura* por outros alimentos derivados da castanha pela ação de beneficiamento. O que antes era consumido apenas tradicionalmente - em diferentes tipos de preparação alimentícia - hoje amplia-se com outros alimentos que utilizam a castanha em sua composição, porém, não com o mesmo valor nutricional quando *in natura*.

Desta forma com projetos e com intercâmbios hibridizantes que a COOPAVAM se insere no interior da comunidade indígena do povo Munduruku em Juara. Essa interiorização mobiliza sentimentos, memórias e histórias de vida das pessoas que residem na aldeia.

Nessa perspectiva, comentamos alguns sentimentos e construções memoriais, então, sob os olhares de anciões e líderes indígenas da comunidade Munduruku evidenciamos alguns sentimentos, significados, histórias, entrelaçamento que os mesmos têm com cooperativas e em particular com esta cooperativa, a COOPAVAM.

No processo da pesquisa ouvimos do Cacique Sr. Joaquim Crixí que no passado, no Pará os padres missionários que desenvolviam um trabalho na aldeia à qual o mesmo pertencia fundaram a primeira cooperativa que trabalhava em conjunto com os indígenas, e que a mesma funcionou bem, mas, quando foi passado a gestão para os próprios indígenas, concluindo que tal experiência permaneceu somente quando os “não índios” gerenciavam o empreendimento. No relato, a impressão é de que há a necessidade de não indígenas gerenciarem trabalhos desta natureza, um sentimento de fracasso apresentado pelo mesmo. Porém, no que se refere a experiência atual, os sentimentos se confundem entre o medo de não dar certo, mas a insistência em participar e apoiar as famílias da comunidade que desenvolve atividades junto a COOPAVAM.

De acordo com o acervo do ISA, jornal Porantim (1986) registra-se uma experiência de Cooperativa Munduruku – de um grupo que habita próximo ao Rio Tapajós, no Pará - que

¹¹ <http://coopavam.org.br/projeto-doacao-simultanea-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-conab/>. Acesso em 10 de mar. de 2016

funcionou no final do séc. XIX, a mesma foi gerenciada na época pela Missão São Francisco. No sec. XX essa cooperativa passou a ser gerenciada pelos indígenas, porém, com muitas dificuldades devido pouca experiência no processo administrativo de recursos. Conforme informação: “A cooperativa funciona a base de troca. Cada família possui uma ficha onde é feito o controle de toda a mercadoria que ela fornece ou retira” (PORANTIM, 1986, p.10).

O relato do Cacique e a informação do jornal evidencia sentimentos e história de uma experiência vivida que são construções de histórias de vida das pessoas participes da experiência passada e da experiência em curso atual.

As histórias de vida, as memórias, vão se inter cruzando e construindo outra história de relações e de enfrentamentos burocratizados e pactuados em organizações de cooperativa, de instituto, enfim, organizações híbridas porque reúne saberes do povo Munduruku com outros saberes na conformidade organizativa institucionalizada. Assim, a história relatada abaixo por Marcelo Munduruku transmite sentimentos e saberes construídos na extração da castanha a partir da chegada deste povo em Mato Grosso, mas também relata o percurso da relação com o capital, a venda e compra do produto.

As atividades do povo Munduruku no Município de Juara tem voltado pra área de extração de castanha desde quando chegou aqui no estado do Mato Grosso, meados da década de 80, e essa atividade vem ao decorrer de muito tempo com muitas dificuldades até na parte de carregar a castanha do mato pra aldeia, que esse é um desafio muito grande no período de chuva essa é uma dificuldade que se enfrenta, e além disso, tem as atividades de roça que é da cultura do povo Munduruku mesmo, o trabalho da castanha e também o plantio. As práticas culturais da comunidade Munduruku do Rio dos Peixes ela é voltada na melhoria da qualidade do alimento, principalmente para as famílias que residem na aldeia Nova Munduruku, neste Município. [...] Já vai pra 20 anos que essas atividades são desenvolvidas na aldeia Nova Munduruku, e vem a pequenos passos tentando melhorar os valores desse trabalho na extração da castanha e também nos produtos que é derivado da roça de toco que o povo Munduruku faz. Antes da gente entrar em parceria com a COOPAVAM através de contratos de compra e venda de castanha a gente era de certa maneira era assediado pelos atravessadores né, eles diziam o preço que teriam que pagar, um preço muito baixo do que era necessário mesmo e nunca subia esse valor, sempre diminuía, e normalmente subia só em período de final de ano, passava dia 25 de Dezembro o preço diminuía de novo e abaixava e assim mesmo que fosse baixo não tinha pra quem vender e continuava passando pros atravessadores antes da COOPAVAM aparecer com a proposta de compra e venda [...] (MUNDURUKU, Marcelo, 2015).

As histórias constroem a vida e as relações específicas do trabalho junto a COOPAVAM, que aos poucos se interioriza na comunidade. Na narrativa de Jones de Adenilson Crixí, Vice Cacique a presença da COOPAVAM na comunidade está sendo positiva e atende as expectativas e agrada a liderança e o povo da aldeia. Explica que com a entrada da cooperativa extinguiu-se a procura dos atravessadores que se valiam do trabalho

dos indígenas para ganhos próprios e não pagavam o preço justo pela castanha. Aparece o sentimento da valorização permeada pela valorização da força de trabalho.

Enfim, a COOPAVAM no interior da comunidade Munduruku tem produzido processos interculturalizantes e híbridos na conformação de uma experiência que se espera que atenda a comunidade na aquisição de capital. A interiorização tem provocado a construção de fenômenos cooperados e contraditórios na perspectiva dialética.

4.3 A produção dos fenômenos cooperados e as contradições sociais na perspectiva da abordagem dialética.

São muitos os fenômenos produzidos dentro da comunidade Nova Munduruku e entre esses fenômenos elucidar a cooperação é de extrema importância. Identificamos que não há uma instituição cooperativa dentro da comunidade, porém há atividades cooperadas, algumas de tempos imemoriais, desenvolvidas pelo povo Munduruku. Para Scopino (2007) há divergências entre o Cooperativismo, a Cooperativa e a Cooperação. Explica que o Cooperativismo é um movimento social ou uma doutrina que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social. A Cooperativa é um modelo de estrutura organizacional estabelecida de forma democrática para atingir fins específicos, ou seja, a cooperativa é entendida como a instituição, regida por princípios igualdade no que se refere à propriedade (bens materiais), gestão e repartição de recursos. A Cooperação revelar-se nas relações de trabalho sendo uma ação social articulada, preconizada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, e explica que é entendida em dois sentidos:

- (a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno);
- (b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata (BRUNI, 2005; CAMARGO, 1960 apud SCOPINO 2007, p. 85).

É a partir da ação espontânea de cooperação que iniciamos as análises. Essa cooperação como já foi dito anteriormente esta presente em várias ações e inclusive na

atividade de coleta de castanha que se organiza em processos cooperados e as contradições dialéticas que tais práticas incidem na comunidade Nova Munduruku.

4.3.1 Processos cooperados e ações cooperativistas: da coleta à retirada.

A coleta da castanha começa no final do mês de novembro e pode ir até o mês de abril, dependendo da produção do ano específico. Shanley e Medina (2005, p. 66) explicam que é difícil descrever uma projeção da produção de uma castanheira uma vez que o número de ouriços varia muito entre anos e entre árvores. “De uma maneira geral, o tamanho da árvore está relacionado com a sua produção. Entretanto, isso não é regra, pois existem árvores grandes que não produzem nenhum ouriço.”. A produção da castanha segundo os coletores indígenas é dada por ciclos, há uma afirmativa recorrente entre estes em dizer que “um ano se produz muito, outro ano se produz pouco”.

O processo da coleta da castanha acontece de dois modos diferentes. O primeiro quando a coleta é próxima a comunidade, assim regressando para a comunidade ao final da rota ou completando a carga por pessoa (geralmente 40 kg). A segunda se dá quando a coleta acontece em áreas distantes da comunidade e geralmente é feita em grupos, em alguns relatos até mesmo toda a família (mulheres e crianças), neste caso, em específico é necessário um suporte de infraestrutura para acampamento e alimentação.

No primeiro processo, inicialmente é definido a rota que será realizada, cada membro da equipe (quando se realiza a coleta em grupo) leva um saco para o transporte e um facão e uma garrafa de água, nada mais. Tendo em vista que a coleta será realizada nas proximidades da residência, estes não se preocupam com a alimentação. Durante a rota há várias castanheiras, quando se aproximam da área de coleta é definido um ponto de “quebra” da castanha, essa área deve ser fora do alcance da copa da árvore pois corre o risco de cair algum ouriço no chão, assim evitando acidentes. A coleta na área próxima a castanheira é feita com a maior destreza e atenção pois há riscos da queda de ouriços. Após o ajuntamento dos ouriços na área determinada é feita a quebra da castanha com o auxílio do facão (Fig.2), após a quebra do ouriço as castanhas são despejadas no saco. Tal processo é repetido até findar a rota do castanhal ou abastecer completamente o saco.

Segundo relato dos coletores, a TI Apiaká/Kayabi possui vários castanhais¹². Cada comunidade (povo) possui áreas pré-determinadas para a coleta da castanha, sendo estas as mais próximas de suas aldeias e dividindo em rotas de coleta. Mesmo tendo tais áreas determinadas ocorrem momentos onde estes se encontram na mata durante a coleta. Não há registros de conflitos sobre o encontro de um povo coletando na área de outro.

Figura 2 – Quebra da castanha



Fonte: ANDRADE, 2016

Valdenildo Saú, atual presidente do Instituto Munduruku relatou que entre o povo Munduruku e as outras etnias nunca houve nenhum tipo de conflito, que quando encontram com pessoal das outras aldeias há um clima amistoso, conversam sobre onde já colheram, sobre as rotas de coleta e que todos têm consciência de que quem chegar primeiro vai colher mais. Valdenildo ainda relata que quando ele vai “quebrar” castanha não passa em todos os pés, deixando alguns locais disponíveis para outros que passarem por ali dando condições de coleta a todos que estão nesta atividade de extrativismo. Entendemos a prática de Valdenildo

¹² Áreas onde há grande predominância de castanheiras.

como um princípio cooperativista, pois, a ação do não esgotamento da rota em que este realiza possibilita também que outros coletores possam garantir sua renda.

Todo o processo de coleta é feita de modo cooperado, as pessoas envolvidas na ação da coleta estão focadas na coleta e dividem o que é coletado. Geralmente são membros da mesma família. O Sr. Raimundo Manhuari nos narra que quando a coleta é realizada em coletivo, as pessoas que fazem parte do grupo se ajudam na coleta, ele diz que “*primeiro a gente quebra um saco pra um, depois quebra um saco pra outro*” até que todos estejam com a mesma carga.

Valdenildo Saú nos conta que há uma “parceria” firmada com o proprietário da fazenda “MANDASSAIA” (Fig. 3), antiga “AGROTEP” que faz divisa com a TI Apiaká/Kayabi. Ele afirma que o dono da fazenda disponibiliza um período de 10 (dez) a 15 (quinze) dias no ano para que eles possam fazer a coleta da castanha e que “cobra” pela autorização da retira 1 (um) saco de castanha e alguns peixes. Tal prática não é entendida pelos indígenas como um ato de exploração e julgam uma troca justa.

Figura 3 – Placa Fazenda MANDASSAIA, estrada Juara/Paranorte



Valdenildo Saú nos narra que existem equipamentos de segurança individuais (EPI) que foram disponibilizados pela COOPAVAM através do projeto Sentinelas da Floresta, tais equipamentos são: botinas, caneleiras (proteção contra picada de cobras) e capacete, porém a grande maioria dos coletores não utilizam tais equipamentos alegando que já estão acostumados a fazer a coleta sem estes e que causam um sobrepeso atrapalhando na caminhada. Tais equipamentos foram disponibilizados durante a duração do projeto. Atualmente todas as despesas com materiais (facão, EPI, gasolina, etc.) são de custo dos coletores, salvo os sacos para o transporte da castanha que é custeado pela cooperativa, conforme contrato de compra e venda.

O risco de acidentes é eminente a qualquer momento durante o processo de coleta. Os trabalhadores estão em um local de mata fechada, há o contato com animais silvestres, estando sujeitos a doenças da floresta e toda uma gama de fatores nocivos à saúde e a vida destes que estão envolvidos no processo de coleta. Porém, por serem povos indígenas, possuem uma relação íntima e milenar com a floresta, apresentam uma percepção vivida através de seus sentidos apurados que conhecem todos os sons e cheiros da mata, todas as pegadas existentes na trilha, trazem uma relação de respeito com a floresta. Neste sentido, acreditamos que tais características influenciam a decisão do não uso dos equipamentos de segurança a que eles têm disponibilidade, pois estes já conhecem os riscos que estão sujeitos e seus conhecimentos e sua tecnologia milenar os acompanham em sua jornada de trabalho na floresta e outras atividades que desenvolvem na mesma.

O segundo processo, como já afirmamos, se dá quando a coleta acontece em áreas distantes da comunidade. O que diferencia do primeiro processo é que há um aumento nos custos para a coleta com a estrutura do acampamento e a alimentação. Nestes casos é comum a ida de toda a família (mulheres e crianças) para a área da coleta. Todos os custos de alimentação é dividido pelo grupo e cada família se responsabiliza pela estrutura de seu acampamento (geralmente alguns utensílios domésticos, redes e lona). Os processos em si não se alteram, a diferença é que a castanha é acondicionada em lugares estratégicos para a retirada da mata, seja por barcos ou pelo trator até a comunidade no final da coleta.

Os processos de cooperação como define Scopino (2007) é uma marca eminente na cultura do povo Munduruku. Observamos que a forte relação familiar que da comunidade reflete na percepção de grupo que desenvolvem com frequência através de processos cooperados. Assim, a família é envolvida no processo, sejam estes de trabalhos ou de atividades culturais, isso nos faz entender que, para o povo Munduruku, o envolvimento da

família nas atividades de trabalho fortalecem as relações de permanência tradicional de cooperação.

Raimundo Manhuari nos conta que a compra feita para o acampamento pode ocorrer de dois modos: todos os membros do grupo se unem e fazem uma compra para a ação ou dividem os itens e cada um colabora com sua parte. Raimundo ainda diz que levam o mínimo como: arroz, farinha, café e açúcar, e o complemento da alimentação eles retiram da floresta como frutos silvestres (até a própria castanha), a pesca e caça de animais que já fazem parte de sua alimentação como o porco do mato, a anta, o macaco, a arara, etc.

As marcas interculturais também podem ser identificadas nos processos de negociações e na alimentação do povo Munduruku. A divisão dos custos dos insumos necessários para a coleta em locais distantes da comunidade realizada pelos coletores caracterizam uma marca cooperativa, sendo intercultural e hibridizante, pois consomem alimentos que não são próprios de sua cultura, Canclini (2010) entende tais fenômenos como “*mezclas interculturales*”.

Entendemos que a prática da coleta da castanha é uma atividade que os mesmos já desenvolviam antes da relação com o capital, pois, o consumo da castanha *in natura* faz parte da alimentação tradicional do povo Munduruku. Há uma violência à cultura que a cooperativa inflige contra o povo Munduruku, e que não é explícita, pois ampara em pactuações legais através de contrato de compra e venda com a comunidade e se vale também da venda dos produtos “industrializados” ao PAA, que é repassado à comunidade.

Tal violência acontece quando a cooperativa retira a castanha *in natura* da alimentação do povo Munduruku e em troca envia produtos “industrializados” que têm a amêndoa da castanha do Brasil como base, mas não em sua totalidade, assim fazendo que alimentos tradicionais sejam trocados pelos produtos disponibilizados pela cooperativa e oferecido às famílias Munduruku.

Toda a família Munduruku é inclusa nos processos de coleta da castanha (homens, mulheres e crianças). Valdenildo Saú afirma que não há uma atividade específica para mulheres e crianças, porém há algumas que ele assegura não permitir quando ele participa da coleta. Tais atividades é a procura do ouriço em baixo da copa da castanheira pelo perigo da queda de ouriços, da quebra com o facão, pois o mesmo afirma ser uma atividade perigosa e que requer muita destreza com o facão e a carga de sacos de castanha que considerar pesada. Quando a coleta é feita longe da terra indígena as mulheres e as crianças ficam responsáveis pela alimentação e pela conservação da área do acampamento.

O ato de não autorização para certas atividades do grupo caracteriza uma ação de proteção familiar, podemos atribuir isso a um extinto de sobrevivência e proteção. A contradição do ato está na permissão de que as crianças ajudarem nos processos de coleta. Para a cultura não indígena esse ato pode ser interpretado como uma violência à infância da criança, para o povo Munduruku, assim como acontece em outras etnias indígenas, a ação de inserção das crianças em atividades laborais e/ou culturais corrobora com a manutenção e afirmação da cultura e das ações que o grupo desenvolve, porém, entendemos aqui, que as crianças que auxiliam na coleta castanha somam sua força de trabalho à cooperativa assim gerando um paradoxo onde, mesmo atuando com base na cultura Munduruku, as crianças desenvolvem atividades laborais com a extração castanha e o maior beneficiário é a cooperativa.

Luciana Mendes Tamaná nos conta que atualmente a atividade da coleta da castanha é facilitada pela tecnologia em ferramentas e logística. Nos relata que a alguns anos esta atividade era realizada com muitos sacrifícios. Não havia picadas definidas, não havia barcos para transportar a castanha até a aldeia, não havia motocicletas para auxiliar na coleta, que em muitas vezes ela acompanhou seu marido em até um dia todo de caminhada para assim poder chegar no castanhal, e que voltavam com uma carga de castanha até a comunidade, Luciana afirma “naquele tempo era tudo muito sofrido”.

No relato de Luciana, identificamos uma prática na evolução tecnológica. Um fenômeno que contribuiu para tal foi a chegada da COOPAVAM na comunidade, que, através do projeto “Sentinelas da Floresta”, com a utilização de recursos do Fundo Amazônia investiram em logística de transporte e produção a fim de aprimorar todo o processo de coleta foram adquiridos equipamentos e veículos, que, com o findar do projeto alguns destes permaneceram na comunidade. Nesta ação da cooperativa houve um hibridismo tecnológico, pois mesmo com a tecnologia não indígena presente nos processos de coleta, os coletores se valem de instrumentos/ferramentas de tecnologia indígena, como paneros e peneiras feitas de forma artesanal.

Além da hibridização tecnológica, temos também a complementaridade abordada pelo filósofo argentino Gunther Rodolfo Kusch (1999), a ideia de complementaridade existe e coexiste nas populações ameríndias, ela é uma forma de junção de diferentes coisas sem se indispor, mas aglutinando e completando aquilo que falta. Assim, muitas vezes a forma de estar no mundo se estende à ações disponibilizadoras de uso, neste caso, de ferramentas tecnológicas não indígenas que supram as necessidade e/ou em complementariedade auxiliie o trabalho, facilitando as atividades extrativistas desenvolvidas pelos coletores indígenas.

Uma exigência da cooperativa é que a castanha seja entregue limpa, seca e selecionada. Valdenildo Saú afirma que as castanhas coletadas entre os meses de novembro e início de fevereiro não necessitam de lavagem, pois a há pouca densidade de chuva e estas já são retiradas dos ouriços limpas e a seleção é feita na hora da retirada do ouriço COOPAVAM (2016, p. 17) diz que “a seleção deve ocorrer sempre que forem localizadas castanhas que não estiverem em perfeito estado de conservação e com características próprias de cor, odor e as que estiverem com manchas de óleos, rachadas ou cortadas”. Tal seleção é feita com o objetivo de evitar a contaminação por fungos (Fig. 4) e a aflatoxina¹³.

Figura 4 – Fungos encontrados em um ouriço de castanha



Fonte: ANDRADE, 2016

O processo de lavagem e secagem da castanha é feito quando a coleta é realizada em período de alta densidade de chuvas, pois o ouriço é encontrado na floresta em locais de

¹³ Substancias tóxicas encontradas em alimentos que é nociva ao corpo humano e animais domésticos.

extrema umidade e algumas vezes submerso em poças de água. Cada coletor é responsável pela seleção, lavagem e secagem de sua castanha.

Valdenildo Saú descreve que a lavagem da castanha é feita, em sua maioria, a beira do rio, na própria comunidade. As castanhas são postas em grandes peneiras e são submersas na água. Nesta etapa também é feita o processo de seleção, pois se pode localizam castanhas que estão podres porque elas que boiam na água. Após a lavagem as castanhas são dispostas em um encerado (lona) para que possam ser seca naturalmente e são revolvidas com frequência para acelerar o processo de secagem.

Após o processo de secagem a castanha é acondicionada em sacos limpos e é armazenada em barracões (Fig. 5) permanece até a chegada do caminhão da cooperativa para a carga. Segundo COOPAVAM (2016, p. 17) “os locais de armazenamentos devem ser bem arejados, limpos, secos e não permitindo a entrada de animais. Além dos riscos com contaminação por sujeira é muito importante evitar a entrada de água da chuva ou armazenamento de castanha úmida.”.

Figura. 5 – Barracão de armazenamento de castanhas



Fonte: ANDRADE, 2016

O pagamento pelo trabalho realizado é feito por um representante da cooperativa que está em constante visita a comunidade. Nesse sentido, assim que o representante da cooperativa está presente na comunidade os coletores pesam a castanha e já é feito o

pagamento e a castanha é colocada no barracão de armazenamento aguardando a carga especificada para o transporte.

O último processo realizado é o carregamento da castanha no caminhão que faz o transporte para a COOPAVAM. Como já foi esclarecido, o caminhão vai até a comunidade fazer a retirada da castanha quando há uma quantidade mínima de castanhas (lote de 3 mil Kg). Nesta etapa há pouca ação dos indígenas, pois a cooperativa envia o caminhão com um ajudante para fazer o carregamento da castanha, mas ainda assim há alguns que se revezam na carga e no transporte da castanha de uma margem para a outra no rio.

Todos os processos envolvidos seguem um fluxo de ações que se caracterizam em atividades cooperadas em que com a capitalização do produto extrativista (na venda da força de trabalho), atrelada a toda a cosmologia existenciada no cotidiano do povo Munduruku.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os passos que nos guiaram na pesquisa nos fizeram refletir sobre a relação de troca que ainda é posta aos indígenas, agora não mais por espelhos, ferramentas de metais, etc. A troca na atualidade se configura na força de trabalho relacionada ao capital. O pretexto utilizado para essa troca é a geração de renda, mas, na realidade o que ocorre é a captação de matéria prima para uma cooperativa não indígena. A cooperativa retira da comunidade um tipo alimento de sua cultura através de um contrato de compra e venda, e, em nossa avaliação, o preço pago pela cooperativa não cobre justamente a carga de trabalho efetivo dos coletores indígenas, configurando uma exploração da força de trabalho.

Sustentamos uma participação ativa do Instituto Munduruku, saindo de coadjuvante e assumindo ações afirmativas para com as comunidades indígenas da Terra indígena Apiaká/Kayabi através de realização e participação de projetos que buscam contribuir com a geração de renda de forma justa e igualitária, suprimindo atravessadores - entendemos que a

cooperativa também é uma atravessadora – para que possam desenvolver um trabalho intercultural e hibridizante, porém, não infligindo em seus costumes tradicionais e fortalecendo as ações cooperadas que é uma marca eminente na cultura do povo Munduruku.

Não estamos afirmando que todas as ações que a cooperativa desenvolve no interior da comunidade são nocivas, porém, trabalhar com povos indígenas significa sob nosso entendimento realizar ações interculturais, com negociações que tenham como resultado a não intervenção dentro da estrutura social e cultural da comunidade. Entendemos que a cooperativa pouco se atenta para a questão cultural da comunidade, tendo como exemplo um projeto chamado “Sentinelas da Floresta” com objetivo de melhorar a cadeia de produção e logística para a extração da castanha e reduzir a pressão que a floresta sofre pela extração de subsistência, assim, surgindo a seguinte indagação: O objetivo real do projeto é a manutenção e cuidado da floresta ou o aprimoramento da logística de extração da castanha para beneficiar a própria cooperativa?

Concluimos que a pesquisa cumpriu mais que seus objetivos acadêmicos, pois, além responder as indagações propostas, esta investigação findou-se em entender que algumas ações desempenhadas pela COOPAVAM não estão totalmente a favor da manutenção da cultura do povo Munduruku. Finalizamos esta pesquisa entendendo que a gestão administrativa do Instituto Munduruku emerge das atividades cooperadas do Povo Munduruku da TI Apiaká-Kayabi. Ressaltamos também os aspectos antropológicos indígenas somamos ao trabalho tornando-o relevante tanto para a academia quanto para a comunidade. Acreditamos que, respondendo a questão que a pesquisa propôs, contribuiremos para que a comunidade indígena se fortaleça de forma a conseguirem manter a sua cultura e, sobretudo se manter em suas terras preservando o legado do seu povo para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. 1. ed. 3. reimp. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM). **Manual de boas práticas de manejo, coleta e beneficiamento de castanha do Brasil**. 1. ed. Juruena: Sustentável, 2016
- FUNAI, Fundação Nacional do Índio; **Levantamento etnoecológico Munduruku: TI Munduruku**. (Orgs.). MELO, Juliana; VILLANUEVA, Rosa Elisa. – Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.
- GARCIA, R. M. **Os requisitos de um programa de treinamento de cooperativas**. Rev. adm. empres. [online]. 1981, vol.21, n.1, pp.39-45. ISSN 0034-7590. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n1/v21n1a04.pdf>. Acesso em 21 de ago. de 2016.
- GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).
- MELO, Juliana; VILLANUEVA, Rosa Elisa. **Levantamento etnoecológico Munduruku: TI Munduruku**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- MUNDURUKU, Marcelo. Projeto sentinelas da floresta. Documentário *in* TV Juruena, publicado em 5 de mar de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lcSuRIHQFk>. Acesso em 15 de abr. de 2016.
- NASCIMENTO, Ronélia do. **Processos educativos: saberes e a cultura Munduruku**. TCC do Programa de Pós Graduação Educação e Diversidade da UNEMAT Campus de Juara, FAED/UNEMAT, 2012.
- PORANTIM. **A solução nas cooperativas**. CIMI: Brasília, mar.1986.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Psicol. Soc. [online]. 2007, vol.19, n. spe, pp.84-94. ISSN 0102-7182. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>. Acesso em 16 de out. de 2016

SHANLEY, Patricia; MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica**. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

CONSULTORES INDÍGENAS

Joaquim Crixí

Jones de Adenilson Manhuari Crixí

Luciana Mendes Tamaná

Marcelo Munduruku

Raimundo Manhuari

Valdenildo Saú

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Aldeia Mundurucu 12 de abril de 2015

Ofício Nº 01/2015

A / C : Senhor Michel

A comunidade Indígena Mundurucu vem por meio deste oficializar a vinda do Senhor Michel e que aceita que faça seu trabalho de pesquisa sendo de acordo e decidido por todos da Comunidade.

Sem mais nada para o momento ficamos agradecidos pela contribuição e apoio.

Joaquim CRIXI

Antonio Burum,

Anajara sau Burum

Tutua Burum

Osmail sau

Rodinei Burum

Oleberon Burum Kerepu

Rogione Burum Kerepe

Maring Burum,

Mareilda yenturici Cide

Lu Celene Burum

Jesilene Cwá Burum

Juzineis Burum Oxi
 Rozemilda Kixi
 Generosa marhuari

Maria Valdecilde sau
 Kiega Kixi

Osmarino SAU
 He Valdeuize sau
 Edna Burum

Lauziana Mendes Tomomai
 Valdecilde Sai

Elinilton Fernandes Furgu
 Ronilson Kixi manhuari
 Robmildo manhuari

Gilvan Fernandes
 Rozario Aronamboni

Rebenilson manhuari
 Elizandira Borô

Jajmô sau MUNDURUKU

Rosilgia Burum Kerepu
 Giselaire Kixi Mowem

ANEXO B – CARTÃO CNPJ INSTITUTO MUNDURUKU

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.811.170/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/12/2005
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO MUNDURUKU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO MUNDURUKU			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO EST JUARA/ RIO DOS PEIXES - AGROTEP KM 67		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 78.575-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL/ DISTRITO DE AGUAS CLARAS	MUNICÍPIO JUARA	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (66) 3556-1399 / (66) 3556-1399	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/12/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 03/01/2017 às 01:02:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1